

Entrevista: o desenvolvimento da psicologia social do trabalho no Brasil a partir da trajetória de Leny Sato

Leny Sato¹

Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil)

Flávia Manuella Uchôa-de-Oliveira²

Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ, Brasil)

Juliano Almeida Bastos³

Universidade de Pernambuco (Garanhuns, PE, Brasil)

Esta entrevista tem por objetivo realizar o trabalho de memória da psicologia social do trabalho a partir da trajetória da Professora Leny Sato. Argumentamos que fazer o registro da memória de trabalho daquelas que compartilham dessa perspectiva permite a construção narrativa que revela fissuras no discurso homogêneo, dominante na historiografia das psicologias que se ocupam do trabalho. Para além disso, esta entrevista coloca em perspectiva o desenvolvimento da psicologia social do trabalho no Brasil e, ao mesmo tempo, a relação psicologia-trabalho na América Latina.

Palavras-chave: Psicologia social do trabalho, Psicologia social, Trabalho, Saúde, Brasil.

Interview: the development of social work psychology in Brazil based on Leny Sato's trajectory

This interview aims to conduct the memory work of social psychology of work through the trajectory of Professor Leny Sato. We argue that recording the memory of those who share this perspective allows for a narrative construction that reveals cracks in the homogeneous, dominant discourse in the historiography of work-related psychologies. Moreover, this interview puts into perspective the development of social psychology of work in Brazil and, at the same time, the psychology-work relationship in Latin America.

Keywords: Social psychology of work, Social psychology, Labor, Health, Brazil.

¹ <https://orcid.org/0000-0002-4114-097X>

² <https://orcid.org/0000-0002-6847-8436>

³ <https://orcid.org/0000-0002-8905-0543>

A psicologia social do trabalho

A psicologia social do trabalho (PST) é uma perspectiva sustentada por uma geração de psicólogas⁴ formadas no processo de redemocratização de nosso país. Uma geração que buscou reposicionar o social dentro da relação psicologia-trabalho.

A necessidade de reposicionar o social nessa relação foi resultado de ao menos dois processos que se influenciam mutuamente: a limitação do mercado de trabalho que direcionava as psicólogas para outros espaços de atuação e o refazer do compromisso social da disciplina psicológica. As condições materiais e históricas ao final do século passado, especialmente com a crise do emprego nas décadas de 1980 e 90, exigiram que as psicólogas encontrassem outros espaços de atuação que não somente a clínica e as organizações empresariais (Oliveira & Amorim, 2012). Inseridas nos primeiros programas de saúde do trabalhador, nos departamentos intersindicais e em equipamentos de saúde, as psicólogas buscaram refazer o compromisso social de sua disciplina com mais parcelas da população brasileira (Yamamoto & Costa, 2010), em um tempo de abertura para a discussão sobre que país era possível ser imaginado e construído. Ao final do século XX, na saída da ditadura civil-militar e na janela do processo de redemocratização, a imaginação científica dessa geração colocou a psicologia a serviço da construção dos direitos sociais à saúde e ao trabalho.

As condições materiais e históricas desse período e o refazer do compromisso da psicologia explicam a necessidade de as psicólogas irem além de uma “psicologia do emprego”. Para pegar de empréstimo a analogia de Spink (2017), a psicologia do século XX igualou o trabalho ao emprego e isso fez com que nossa visão sobre o fenômeno trabalho fosse encurtada. Nessa miopia, não lançamos o olhar para outras formas de trabalhos e para o desemprego; reduzimos nossas análises à organização capitalista do trabalho em detrimento da centralidade do trabalho na vida humana; demos preferência à reprodução da divisão entre gerência e execução, e deixamos de lado o desafio histórico de construir outras formas de trabalhar. Por privilegiar a relação de trabalho formal e regulado nas indústrias e organizações empresariais, a “psicologia do emprego” perdeu de vista a polimorfia do trabalho em nossa região do mundo (Sato, 2017) e ignorou que, no capitalismo dependente e tardio da América Latina, o emprego foi e continua a ser qualitativamente pior e quantitativamente menor que nos países centrais (Antunes, 2015). As ferramentas psicológicas, desenvolvidas no centro do capitalismo, tiveram por objetivo a adaptação ou a apropriação do conhecimento de trabalhadores para o melhor controle da reprodução do sistema (Prilleltensky, 1994). O desafio histórico, portanto, estava posto: que compromissos a psicologia poderia assumir para além da reprodução da organização do trabalho capitalista por meio da “psicologia do emprego”?

Diante do desafio, a geração de psicólogas nas décadas de 1980 e 1990 perseguiu uma leitura e uma atuação que superassem o gerenciamento do emprego, na busca por retomar o estudo do trabalho como categoria fundante do ser social e como potencial de ação e de transformação do mundo. Sob a influência do pensamento social crítico latino-americano e pelo caminho aberto por pioneiras como Arakcy Martins Rodrigues e Sylvia Leser de Mello – a primeira com estudos sobre a relação das mulheres do operariado industrial com o seu trabalho dentro e fora de casa (Rodrigues, 1978), a segunda dedicando-se a trajetória de empregadas domésticas, mulheres do campo e da

⁴ Utilizaremos o genérico feminino ao longo da introdução e da apresentação da entrevista pois (i) estatisticamente mulheres são a maioria na profissão, de acordo com os dados do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021); (ii) e pelo reconhecimento da importância dos estudos feministas, de gênero e sexualidade que indicam a necessidade de superar a flexão de gênero masculina como a norma a ser seguida na escrita acadêmica.

periferia de São Paulo (Mello, 1988) –, essa geração orientou-se pela premissa de que para estudar o trabalho é imprescindível pensar a realidade humana em nossa região que, embora não esteja excluída da ordem econômica mundial, possui suas particularidades (Bernardo et al., 2017). O final do século passado exigiu das psicólogas uma atuação para a sociedade e não apenas para poucas parcelas dessa sociedade, mais protegidas na “cidadania regulada” à brasileira (Santos, 1979). Uma exigência que se atualiza nos dias de hoje e nos recoloca os desafios do compromisso científico e político de compreender o nosso tempo histórico, as contradições impregnadas nas relações de trabalho e a possibilidade de transformação de nossa vida social em prol da maioria da classe trabalhadora. Sobretudo, quando essa maioria se encontra atravessada pelo aprofundamento da precariedade das condições de vida durante a atual crise sanitária, econômica e social.

A entrevista compreendida como trabalho de memória

A utilização da entrevista como ferramenta para compreensão da construção da PST justifica-se por seu potencial de ir além de uma historiografia oficial e homogênea da psicologia que se ocupa do trabalho. Recontar a trajetória de trabalho das psicólogas que atuam nesta área promove a construção narrativa de uma memória que tem o potencial de “... revelar fissuras, lacunas no discurso dominante, promessas não cumpridas e que podem servir de herança para as futuras gerações” (Oliveira et al., 2018).

O trabalho da memória não trata do retorno a uma experiência idêntica àquela do passado. Antes, trata do trabalho de reconstrução do passado a partir do ponto de vista do presente. Por isso, a memória deve ser compreendida como *trabalho* (Bosi, 1994). Um trabalho artesanal, por excelência, configura-se como um ato de resistência à imposição de uma relação mercantilizada com os objetos e as pessoas. A partir desta entrevista foi possível *trabalhar a memória* da PST, resistindo à transitoriedade e evocando a potência de renovação e ampliação dessa perspectiva.

Nosso intuito é o de afirmar a diversidade das psicologias que se ocupam do trabalho, em consonância com o compromisso científico e político de dar nomes diferentes a perspectivas que possuem trajetórias distintas (Bernardo, Oliveira, Souza e Sousa, 2017). Em reconhecimento à importância do seu trabalho para a área e à marca simbólica de um ano da sua aposentadoria em 2021, entrevistar a Professora Leny Sato tornou-se uma valiosa oportunidade de trabalhar a memória da PST e de apresentar as diferenças entre psicologias que se lançam no estudo do trabalho.

Pela imposição do distanciamento físico durante a pandemia, a entrevista foi realizada em dois encontros por videochamada, entre maio e junho de 2021. Ao todo, foram quase cinco horas de material transcrito que nos forneceu um volume considerável de páginas. Nosso esforço de edição buscou preservar o estilo de contar histórias da Professora. De memória aguçada e curiosidade afiada, Leny se torna uma rigorosa contadora de História – ao mesmo tempo que, ao contá-la, sempre desconfia de versões muito bem delimitadas com finais inescapáveis. Como boa artesã, prendada na costura e em outros trabalhos manuais, Leny é dedicada no arremate do rigor científico com a imaginação ética e política no contar e fazer da História.

Para preservar a cadência desse contar, organizamos o texto da seguinte forma: i) a primeira seção resume a trajetória de trabalho da Professora, especialmente, para as leitoras de fora dessa perspectiva (estudantes, profissionais e pesquisadoras de outras disciplinas e de outras psicologias etc.); ii) em seguida, estão as seções que contêm as falas da entrevistada. As perguntas que elaboramos para a entrevista são apresentadas como os títulos de cada uma dessas seções, na sequência em que a conversa se desenrolou. Citações e informações complementares serão

sinalizadas ao longo do texto em notas de rodapé para a melhor fluidez da leitura. As citações feitas pela entrevistada serão apresentadas no formato autora-data e estarão incluídas nas referências; iii) por fim, apresentamos um breve comentário sobre a necessidade do trabalho de memória em PST.

Apresentação da entrevistada

A Professora Leny Sato é parte da geração de psicólogas fundadoras da PST. Professora Titular pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), aposentou-se em uma data de valor simbólico para os que se interessam pelo fenômeno trabalho: 01 de maio de 2020. Graduada em psicologia pela USP em 1982, fez o Curso de Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva no Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, entre 1984 e 1986. Na sua trajetória, considera esta formação em Saúde Coletiva fundamental para seu interesse na relação entre trabalho e saúde. Antes de ingressar como docente na USP, trabalhou no Instituto de Saúde, órgão de pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, na área de Trabalho e Saúde. Também atuou no Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT). Sob a orientação de Peter Spink na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), concluiu sua pesquisa de mestrado sobre trabalho penoso junto à categoria de motoristas de ônibus (Sato, 1991). No doutorado, sob a orientação de Arakcy Martins Rodrigues, na USP, voltou-se ao cotidiano de uma fábrica de alimentos e às “astúcias” utilizadas pelas trabalhadoras para negociarem e replanejarem o trabalho naquele contexto (Sato, 1998). Sua tese de livre docência, publicada como o livro de título “Feira Livre” (2012), confirma os interesses por fora do emprego que guiam a pesquisadora e aponta para a centralidade do trabalho informal em nosso país.

Junto ao Professor Fábio de Oliveira e à equipe do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho do Instituto de Psicologia da USP (CPAT-IPUSP), Leny fundou os Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, em circulação desde 1998. Em suas mais de duas décadas de existência, os Cadernos sedimentaram a nova nomenclatura e afirmaram a diversidade das psicologias a partir de uma leitura crítica. Atualmente, esta revista é uma das fontes mais relevantes para a compreensão das relações entre psicologia e trabalho no Brasil (Bastos & Uchôa de Oliveira, 2019). Juntamente com a Prof.a Maria Chalfin Coutinho, criou, em 2006, o Grupo de Trabalho “Trabalho e Processos Organizativos na Contemporaneidade” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), o qual coordenaram desde sua criação até 2016. Com a Prof.a Maria Chalfin Coutinho e Márcia Hespanhol Bernado, Leny organizou o livro *Psicologia Social do Trabalho*, publicado na coleção Psicologia Social da Editora Vozes, em 2018. Os esforços desse Grupo também puderam ser debatidos nos I e II Encontro de Psicologia Social do Trabalho, ambos realizados no Instituto de Psicologia da USP (IPSUSP) em maio de 2019 e em maio de 2024, respectivamente.

Desde 2017, Leny é uma das coordenadoras do TraMPos, o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais, que reúne docentes e discentes do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP, e do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da USP. A partir das discussões e redes de pesquisa estabelecidas neste laboratório, iniciativas importantes foram realizadas como as rodas de conversa virtuais com trabalhadoras ao longo de 2020, intituladas “Papo de TraMPos”, e o “I Curso Livre de Psicologia Social do Trabalho”, realizado em 2021, em esforço conjunto com o Núcleo de Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Ceará (NUTRA-UFC). As redes de cooperação internacional também são uma marca do laboratório, em especial, na formação de uma rede latino-

americana em cooperação com pesquisadoras colombianas, chilenas e argentinas. Resultado disso pôde ser acompanhado no “I Seminário Internacional Três décadas de transformações na América Latina: governo, margens, subjetividades e neoliberalismos”, realizado em junho de 2019. As redes do grupo com o norte do mundo também tomaram fôlego a partir das visitas de pesquisadoras da Universidade de Cardiff (Reino Unido) ao Brasil. As intensas trocas promovidas pelo laboratório formam hoje um grupo internacional de estudos e pesquisa chamado “Precarious work, precarious life”, com o intercâmbio de estudantes de pós-graduação entre as universidades envolvidas na rede.

A entrevista

A formação no ensino público e a escolha pela psicologia

Eu estudei em escola pública todo o tempo: primário, ginásio e colegial. Agora já tem todos os nomes diferentes, mas era assim. Oito anos da minha formação escolar, os primeiros oito anos, eu fiz em escolas perto da minha casa, lá no Jabaquara. Depois, já para ingressar no colegial, eu e uma turma que morávamos próximo, fizemos um exame para estudar numa escola pública melhor, nós chamávamos de “vestibulinho”. Naquela época tinha isso. Então nós passamos e viemos estudar aqui na Vila Mariana no Colégio Brasília Machado, ali próximo à estação Santa Cruz do metrô, em frente ao museu Lasar Segall. Nessa época, o primeiro ano era básico para todo mundo e depois você podia escolher entre as áreas de humanas, biológicas ou exatas. E aí, eu fui para a área de humanas. Tinha uma professora que era muito interessante. Ela se chamava Violanda Lomba Guimarães Correia. Ela foi nossa professora de Filosofia e Psicologia, era uma mulher muito elegante. Foi colega da Arakcy Rodrigues⁵ e da Sylvia Leser de Mello⁶, elas estudaram juntas na Maria Antonia, eu vim saber depois. O que eu tenho para mim é que eu fui fazer psicologia por causa dela. Eu não sei exatamente te dizer de uma forma mais objetiva porque escolhi a psicologia.

A crise do emprego e a empregabilidade na psicologia nos anos de 1980

A mamãe falava: “Ai, Leny, psicologia? Psicologia não dá dinheiro e você vai viver como?” Eu, filha de uma família de trabalhadores, tinha que fazer uma carreira que desse para trabalhar depois e sobreviver desse trabalho. Mas aí eu fiz. Eu entrei na faculdade já com vinte anos. Eu fiz vestibular na USP e na Faculdades Metropolitanas Unidas (atual Centro Universitário FMU). Eu não fiz na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) porque o curso de psicologia era em período integral e a minha ideia era estudar na USP ou poder estudar e trabalhar, caso eu fosse para uma faculdade privada. Eu passei na FMU, mas eu não sei o que me deu na cabeça e eu não me matriculei. Eu pensei: “Se eu não entrar na USP eu vou fazer curso, vou ser secretária bilíngue, porque eu tinha um pouco de inglês”.

Já na psicologia, eu nunca quis ser psicóloga clínica. Eu fiz um estágio que foi muito importante quando eu estava no último ano de graduação que foi no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, o INCOR. Eu fiz estágio em psicologia hospitalar, que era uma “clínica hospitalar”. E foi bom porque era um pouco sair daquele modelo da clínica liberal que a gente tinha na graduação. Foi muito bom, mas quando eu saí da graduação eu queria fazer alguma coisa em saúde pública, um curso de especialização em saúde pública. Não tínhamos nada de saúde pública na graduação. Até que cheguei a procurar a Faculdade de Saúde

⁵ Professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP até 2000, quando de seu falecimento.

⁶ Professora Emérita do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP, falecida no início de 2021

Pública da USP para fazer o curso de pós em saúde pública, que é pós *lato sensu*, mas aí não tinha. Tinha só educação em saúde, e eu não quis.

Eu me formei em 1982 e depois eu fiquei um ano desempregada. Eu fui fazer um estágio não remunerado num hospital psiquiátrico lá perto de onde eu morava, no Jabaquara. Nesse estágio, eu reencontrei o Peter Spink⁷, que tinha sido meu professor do quinto ano na USP. Ele foi meu professor na disciplina “Orientação Profissional”. Ele estava chegando para dar aula lá e a minha turma foi a primeira para a qual ele deu aulas na graduação. Foi um colega meu, que hoje é professor na Universidade Federal Fluminense, o Marcus Ianoni⁸, que um dia me convidou para fazer esse estágio lá no Hospital Psiquiátrico da Água Funda e eu fui. Era um estágio não remunerado, a gente ia, acho que duas ou três vezes por semana, de manhã, ficava lá no hospital e via o que dava para fazer num hospital psiquiátrico masculino que internava pessoas em crises agudas. E aí, o Marcus encontrou o Peter e comentou que nós estávamos fazendo este estágio. O Peter é uma pessoa muito interessante, muito curiosa e muito inteligente. Ele também queria saber um pouco do que se fazia aqui, ele estava chegando. Então ele se ofereceu para ir um dia lá no hospital psiquiátrico. Ele foi e fez uma reunião com a ideia de pensar a questão de como é que se trabalhava a alta e se gerenciava esse processo para que as pessoas não tivessem uma reinternação. E foi daí que surgiu a possibilidade de eu fazer uma pesquisa orientada pelo Peter. Nós chegamos a escrever um projeto, era datilografado ainda, não existia computador como hoje. Era um projeto de pesquisa que a gente escreveu para eu pedir financiamento da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Acho que era bolsa de aperfeiçoamento técnico, não era para mestrado e não era para graduação, que era aperfeiçoamento técnico. O tema do projeto era: estudar a ideologia de trabalho e o papel dessa ideologia no processo de “dedoencificação” do paciente psiquiátrico. “Dedoencificação” é uma palavra que o Peter inventou. Não é cura. É dedoencificação. E por que a gente fez esse projeto? Porque ficando lá com os pacientes psiquiátricos pudemos observar como era interessante o que eles falavam: “Ah, tia! Eu já posso ir embora, eu já tô bom para trabalhar”. O trabalho comparecia ali como um argumento de que ele estava bem. Ele podia ter alta. Tinha uma coisa da ideologia de trabalho e o papel dela nesse processo que ele chamou, o Peter, de dedoencificação. A gente escreveu, mas obviamente foi mais ele do que eu, eu era recém-formada. Só que eu fui aprovada no Instituto de Saúde num concurso de aprimoramento profissional, então não pude submeter o projeto para a FAPESP. Eu fiz o aprimoramento durante dois anos no Instituto de Saúde. Naquela época, tinha alguns concursos e processos seletivos para psicólogas, estava começando a ter concurso em unidade básica, a reorganização da atenção primária, atendimento ambulatorial etc. Era nessa época que estava se constituindo o SUDS⁹, não era o SUS ainda.

Nesse meio tempo em que eu fazia esse estágio lá no hospital psiquiátrico, antes de ser chamada para o aprimoramento profissional no Instituto de Saúde, eu e minhas primas – Elisa Takako e Elizabeth Haruko – começamos a costurar. Nós fazíamos roupas de couro, sabe aquele couro macio que você costura na máquina de costura? Então, dava para costurar na máquina de costura da mamãe e a gente fazia saia, fazia bolsa. Tinha até modelos de bolsa, até bonitinhos [Risos]. E aí fazíamos gravata, gravata borboleta, e minhas primas trabalhavam fora. Eu era a única que não trabalhava, quer dizer, trabalhava em casa, ajudava a mamãe em casa, dando aula de corte e costura, arrumando a casa. Eu fui a única filha que não fui trabalhar fora. Todos foram trabalhar fora, menos

⁷ Professor Emérito da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

⁸ Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

⁹ Sistemas Unificados e Descentralizado de Saúde nos Estados. Trata-se de uma iniciativa do extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, anterior à Lei Orgânica da Saúde e à implementação do Sistema Único de Saúde, para a universalização da assistência médica que, até aquele momento, beneficiava apenas os trabalhadores da economia formal e seus dependentes (Chioro & Scaff, 1999).

eu. Eu não sei se eu falei para vocês, mas eu fiz concurso para trabalhar fora [Risos]. Concurso não, eu fiz um processo seletivo no Banco Real, quando eu estava no colegial, mas eu não fui aprovada no teste de sinônimos [Risos]. Então, eu não trabalhei fora, eu ajudava à mamãe, porque ela costurava, dava aula de costura, tudo em casa e aí eu a ajudava. Nesse período que eu me formei, eu continuava ajudando a mamãe e fazia essas costuras com minhas primas; fazíamos camisetas, comprávamos camisetas Hering branca, aí cortávamos e fazíamos uma ‘palinha’ diferente, tingíamos, fazíamos coisas desse tipo e vendíamos bem. Quer dizer, elas – as minhas primas –, eu não vendia quase nada [Risos]. Tínhamos livro caixa, tudo organizadinho. Mas daí eu fui fazendo concursos e apareceu esse concurso no Instituto de Saúde para aprimoramento profissional, era uma bolsa da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAPE). A gente não submeteu o pedido de bolsa FAPESP do projeto de pesquisa com o Peter, porque não seria compatível ter uma bolsa e trabalhar lá no Instituto. Mas, a partir daí, sempre ficou um vínculo com o Peter.

A reabertura política, o novo sindicalismo e o momento de pensar outro país

Eu costumo dizer que eu sou uma pessoa privilegiada porque eu pude estar no Instituto de Saúde nesse momento, em 1984. Era um momento de abertura: tinha “Diretas já”. Era o governo Franco Montoro que, para São Paulo, foi uma coisa muito importante. Ele era um democrata e, por isso, houve toda uma reestruturação do que era pensar a política pública, e para aquele grupo de aprimorandos, do qual eu fazia parte, era como se fosse o começo de um projeto. Um projeto daquele grupo de profissionais-intelectuais que estavam na secretaria de saúde querendo fazer um projeto de política pública em saúde coletiva, comprometida com os movimentos sociais de esquerda. E os sanitaristas de um modo geral, tinha o grupo dos médicos sanitaristas e muitos deles com uma história no Partido Comunista Brasileiro (PCB), o partidão. Era um grupo de profissionais que já tinha um alinhamento político, uma militância política e que foram implementar uma política pública em saúde coletiva. Tinha a medicina social latino-americana muito presente, o Jaime Breilh¹⁰ que veio dar palestra aqui em São Paulo, a gente assistiu e ele veio também lançar livros. A Asa Cristina Laurell¹¹ veio. Foi um momento de uma riqueza enorme. O Dejours¹² também veio naquela época. A primeira edição traduzida para o português foi mais ou menos nessa época, do “A loucura do trabalho”¹³. Eu digo que eu me formei como cidadã e como profissional ali. E acho que eu tive a sorte de estar num grupo que era interdisciplinar. Porque oferece outra visão sobre as coisas. Eu não estava num grupo de psicólogos; tínhamos muitos psicólogos entre os aprimorandos, mas o Instituto de Saúde tinha diversas áreas: nutrição, políticas públicas, materno-infantil, trabalho e saúde – que tinha sido criado naquela época e o Lacaz¹⁴ foi convidado pelo diretor do instituto para vir coordenar. O Lacaz já trabalhava no DIESAT.

É muito importante essa ligação do campo que se formou no âmbito da secretaria de saúde com o grupo que tinha um trabalho, uma militância no DIESAT, formada no fim da década de 1970. É no começo da década de 1980 que o DIESAT se forma. Foi lá que eu conheci a Edith Seligmann-Silva¹⁵. Foi lá que eu conheci várias pessoas importantes na área de Trabalho e Saúde. Então foi uma sorte, eu era uma recém-formada que estava entrando nos lugares, estava participando

¹⁰ Professor da Universidade Andina Simón Bolívar, no Equador.

¹¹ Médica e socióloga mexicana de origem sueca, autora do livro “Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário”, importante referência nos estudos do campo da saúde do trabalhador.

¹² Christophe Dejours, médico e psicanalista, fundador da Psicodinâmica do Trabalho

¹³ Referência ao livro “A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho” (Dejours, 1988).

¹⁴ Francisco Antonio de Castro Lacaz, Professor Titular Sênior, Universidade Federal de São Paulo.

¹⁵ Médica psiquiatra, pesquisadora do campo da saúde mental relacionada ao trabalho.

dos movimentos, estava conhecendo uma série de coisas que eu não tive acesso na faculdade. Por exemplo, o curso de aprimoramento. Eram dois anos de aprimoramento: no primeiro ano nós tínhamos um curso, nós éramos estudantes, recebíamos bolsa para isso; nós tínhamos uma disciplina que era de políticas públicas, uma de epidemiologia, outra de estatística e ciências sociais. Foi um aprendizado muito importante para minha carreira, embora quando eu tenha ido para USP [como professora] eu tive que abrir para outros temas, eu não fiquei restrita à questão da saúde do trabalhador.

Essa formação, eu tenho certeza, orientou todo o modo como eu olhei o resto, o que veio pela frente. Eu fui olhar o trabalho a partir daquilo que eu pude conhecer e aprender naquele momento. Eu fui olhar os problemas que são mais importantes a partir do que eu conheci naquele momento. Ter tido um trabalho com movimento sindical – eu trabalhei no DIESAT também, durante um tempo, até 1992 –, trabalhava muito com formação sindical, que era uma coisa maravilhosa, era o que eu mais gostava de fazer: formação sindical. A gente trabalhava orientada pelo Método Paulo Freire e era uma delícia, porque era ao mesmo tempo um trabalho de formação e de pesquisa. Quando você parte daquilo que os trabalhadores conhecem sobre o cotidiano de trabalho deles, você aprende muito. Eles vão te trazendo informações, é como se você estivesse fazendo uma pesquisa com eles e ao mesmo tempo é um espaço de reflexão, portanto, de formação. Tinha muita coisa acontecendo nesse período, foi uma riqueza enorme.

Com os sindicatos, eu trabalhava muito com cursos de formação. No Sindicato dos químicos do ABC, por exemplo, que é um sindicato grande. Eu trabalhei bastante com os motoristas de São Paulo, porque eles tinham uma secretaria de saúde do trabalhador, não era área de assistência, mas era saúde. Era pensar em como identificar os problemas nas empresas de ônibus e era assim também com os químicos do ABC, identificar e construir formas de intervenção a partir do sindicato. Naquela época, era bastante possível os sindicatos negociarem, construírem uma pauta de reivindicação que contemplasse uma série de questões de saúde e eles alcançaram muitas conquistas. Na constituição de 1988 muitas das questões referentes à saúde entraram: a questão dos turnos alternados, de seis horas, por exemplo, eram questões que foram discutidas antes. Tinham os seminários que nós fazíamos, a gente foi dar seminário no Sul, em Minas, em vários lugares e sempre com os sindicatos. Então é um aprendizado que valorizo muito. A Edith Seligmann-Silva, por exemplo, é uma pessoa muito importante neste campo, coordenou pesquisas importantes das quais eu participei. Como a pesquisa que nós fizemos sobre saúde dos bancários; teve também a pesquisa sobre saúde dos operadores de trem do metrô, solicitada pelo Sindicato dos Metroviários de São Paulo¹⁶. Essas experiências foram muito importantes, como formação. A pesquisa participante foi a metodologia que a gente utilizou para trabalhar com esses trabalhadores. Aquilo que se fala do modelo operário italiano do Ivar Oddone¹⁷ é tudo nessa época. Nós trabalhávamos muito a partir daí. Nos cursos de formação sindical a gente trabalhava muito com esta proposta: o modelo operário italiano. Nós fazíamos mapa de risco, cuja proposta foi incluída na Norma Regulamentadora - NR de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, uma das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Mas, antes, não era nada da lei, não. Era uma coisa que o movimento sindical incorporava como uma metodologia para você levantar os problemas de saúde, construir uma pauta de reivindicação e depois negociar. E nós

¹⁶ Esses estudos são discutidos nos livros “Desgaste Mental no Trabalho Dominado” (Seligmann-Silva, 2015) e “Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo” (Seligmann-Silva, 1994).

¹⁷ Médico e psicólogo, principal referência do movimento de trabalhadores na Itália dos anos de 1960, o modelo ou movimento operário italiano, que transforma a compreensão de risco no trabalho e influencia a luta dos trabalhadores por saúde (Re et al., 2020).

organizávamos cursos assim, era muito bom. Fazíamos cursos com cipeiros¹⁸, com agentes de saúde, com militantes dos sindicatos. E começávamos: vamos fazer o mapa de risco? Vai fazer o que com ele? Para que serve? Vamos fazer uma pauta de reivindicação e vamos negociar. A gente fazia até dramatização da reunião de negociação, sabe? Experimentar, exercitar a negociação com a empresa era muito interessante. Era uma riqueza!

É muito diferente de dar aula para aluno de psicologia da USP, por exemplo. [Risos.] Era muito bacana, a gente aprendia muito, a gente aprendia demais com eles. É uma coisa interessante é que muitos desses trabalhadores que participaram dessas atividades; que estavam mais ligados ao sindicato na área da saúde, com as questões de saúde; ligados às secretarias de saúde ou comissões de saúde dos sindicatos – comissão de saúde que não é de assistência médica, é outra coisa –, muitos deles se tornaram líderes sindicais importantes. É muito interessante como essas questões de saúde levaram as pessoas a terem uma inserção diferenciada no movimento sindical. Até porque, diferentemente da questão salarial, você tem que estar no local de trabalho, não adianta você falar: “Ah, tá bom o que é que vai reivindicar aí?” Não dá! Você tem que conhecer. Você tem que estar perto. Eu fazia palestras na Mercedes-Benz e era uma delícia. Era uma curtição mesmo, pois o que eu apresentava fazia sentido para aqueles trabalhadores! E aí, tiveram os programas de saúde do trabalhador¹⁹ que foram implementados e o Instituto de Saúde teve uma importância grande. O Lacaz, a Lys Esther Rocha²⁰, a Clarice Umbelino²¹, que eram os sanitaristas. A gente fez uma pesquisa e, nessa época, eu acho que eu ainda era aprimoranda. Avaliamos um desses programas que era o programa do ABC com várias unidades básicas. Porque hoje os programas de saúde do trabalhador acabaram se constituindo como centros de referência, naquela época era programa de saúde do trabalhador ligado ao programa de saúde do adulto e eles funcionavam em unidades básicas. A ideia era você ter na unidade básica a equipe mínima de saúde do trabalhador: um médico, um atendente de enfermagem e um agente sindical de saúde. No ABC, era essa a proposta. O agente sindical de saúde era um trabalhador de uma indústria e ele recebia um pró-labore da secretaria de saúde e a função dele era recepcionar os trabalhadores que iam ser atendidos e recolher a história profissional. Tinha uma ficha enorme da história profissional e que era importante para que as/os profissionais de saúde pudessem pensar se aquele problema de saúde que o trabalhador trazia, tinha alguma relação com a condição de trabalho e era muito interessante. Esses programas funcionavam no terceiro turno, das 17h às 21h. Então o trabalhador trabalhava e, à noite, ia para o centro de saúde, porque muitas empresas não aceitavam atestados fornecidos aos trabalhadores pelos programas de saúde do trabalhador. Nas empresas, falavam que eram programas dos sindicatos e nelas só aceitavam atestado médico de convênio. Era uma coisa que a gente quando vai recuperando o que foi essa história vai se dando conta do retrocesso que estamos vivendo. É um retrocesso enorme. De fato, aquela época era uma época que a gente podia, a gente tinha um futuro e a gente pensava que iria conquistar muitas coisas. E os sindicatos conseguiram muitas coisas. Só que depois, a gente vê o que está acontecendo hoje. E [aquele] foi o momento de constituição da Central Única dos Trabalhadores - CUT como uma central forte... Foi muito interessante! Acho que isso sim me formou. Isso me formou. O contato com o trabalho, com a política pública que estava sendo construída a partir de uma proposta de um grupo de sanitaristas e pensadores e com a participação

¹⁸ Nome dado aos trabalhadores integrantes das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), comissões que atuam para prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho dentro das empresas.

¹⁹ De acordo com Santana e Silva (2008), no início da década de 1980, surgiram serviços de atenção à saúde do trabalhador, entre eles, os Programas de Saúde do Trabalhador e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador em vários municípios e estados do país, em universidades e sindicatos, com o objetivo de realizar ações de assistência, de vigilância e de formação e capacitação de pessoal.

²⁰ Professora Doutora do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina do Trabalho da Faculdade de Medicina da USP.

²¹ Clarice Umbelino Freitas é médica e doutora em Saúde Pública, efetiva na Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e na Coordenação de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

de entidades sindicais. Enfim, como o serviço público tem gente supercompetente, com uma formação tão importante, comprometida com a coisa pública, comprometida com a busca de um mundo com menos desigualdade.

Mirar o trabalho a partir do campo da saúde do trabalhador

Eu ingressei no Instituto de Saúde para cursar o Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva e depois é que eu fiz o mestrado e, para isso, fui procurar o Peter. Eu me lembrei dele, obviamente, que era uma pessoa importante na minha formação. E é interessante que, na graduação, eu não tive uma aproximação com ele, porque eu era uma aluna muito tímida, eu não ia procurar professor. Foi porque o Marcus encontrou o Peter que então a gente acabou se aproximando. O Marcus era esse meu colega de graduação, como já falei. Então, eu fui procurar o Peter novamente e falei: “Peter, eu quero fazer o mestrado”. Ele era orientador na USP e na PUC, na [área de] social, e aí ele falou “Ah, você tá por aqui!” e vendo um pouco o caminho que eu estava indo ele falou: “Ah, presta na PUC”. Eu prestei na PUC e fiz o mestrado com ele. Eu já tinha uma ideia do que eu queria estudar, o tema da saúde do trabalhador mesmo, porque essa minha formação no Instituto de Saúde, foi uma coisa que eu achei que era importante e que eu queria seguir estudando, pesquisando. Tinha duas categorias profissionais que eu queria estudar: profissionais de enfermagem e motoristas. E, para elaborar o projeto de mestrado, eu ficava procurando bibliografia de uma categoria e da outra, eu ia à biblioteca da FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho) e procurava bibliografia. Eu ia lá procurar material sobre saúde do trabalhador. E por que eu pensei em profissionais de saúde? Na época que eu estava fazendo estágio no hospital psiquiátrico, eu comecei a ir para o pátio do hospital, porque o pátio é o lugar onde os pacientes ficavam no momento que não era nem para comer, nem para dormir, nem para ir para o consultório do médico. Eles ficavam lá a maior parte do dia, e eu comecei a ir ao pátio. Isso tinha a ver com o meu projeto, porque naquela época o Peter me orientava a ficar no pátio com os pacientes, e eu ia. [Risos.] No pátio, eles, os pacientes, se comportavam de um jeito totalmente diferente do que eles se comportavam no pavilhão, dentro do pavilhão [consultórios médicos, refeitórios e dormitórios]. No pavilhão eles se comportavam como pacientes. No pátio eles se apresentavam de outra forma, interagiam entre si, jogavam futebol, tocavam violão, disputavam, discutiam, brigavam por cigarro, ou seja, era outra coisa. Parecia que eles não estavam num hospital psiquiátrico; que não eram pacientes psiquiátricos. Eu nunca me esqueço de um paciente, um jovem, ele gostava de jogar dama comigo, porque eu perdia sempre [Risos]. Mas daí, por que eu fui pensar em ir estudar profissionais de saúde? Eu pensei em estudar profissionais de saúde de hospital psiquiátrico porque tinham alguns trabalhadores que ficavam tomando conta dos pacientes no pátio. Em geral, eram atendentes [auxiliares] de enfermagem. A maioria eram homens, mas tinha também algumas mulheres. O hospital era masculino. Eu, às vezes, olhava para o paciente, olhava para os profissionais, e pensava: “Ai meu Deus, será que esse é paciente ou será que esse é funcionário?”. Começou com o interesse em pensar o que acontece nessa vida como trabalhador daquele hospital que faz a gente – observador – ter esta dúvida: quem é o paciente e quem o é funcionário? A partir disso, foi possível pensar a questão da saúde desses trabalhadores de saúde. Enfim, neste período em que buscava elaborar o projeto de mestrado, eu até cheguei a fazer levantamento bibliográfico, fichamento de livro, aquelas coisas que a gente faz no tratamento da bibliografia, mas depois eu optei por estudar motoristas de ônibus. E um outro aspecto: foi muito bom ter mudado de escola, foi

muito bom ter ido para a PUC e depois voltar para a USP [para cursar o doutorado]. Mudar de escola é bom!

Eu fiz o aprimoramento no Instituto de Saúde e foi quando eu ingressei, em processo seletivo, na área de saúde e trabalho. O Lacaz trabalhava nessa área que tinha sido constituída naquela época. Ele era o coordenador da área. Chamava-se: Trabalho & Saúde. Foi por esta via que eu entrei no campo do trabalho. Quer dizer, eu entrei no campo do trabalho pela área da saúde, que é muito diferente do que entrar no campo do trabalho pela administração. Eu, na verdade, só fui me dar conta que eu também estava no campo do trabalho, quando eu fui para USP como professora. Porque eu sempre me achei uma profissional da área da saúde, pois, de fato, todas as minhas questões emergiram da e a partir da política de saúde pública e outras questões. Por isso também era muito difícil assumir que eu ia entrar na USP, como professora numa disciplina de “Seleção Profissional”.

Eu ingressei na USP como professora em 1995. Quando eu entrei eu fui designada para coordenar o Centro de Psicologia aplicada ao Trabalho do IPUSP, o CPAT. O CPAT foi criado quando eu já não estava mais na USP como aluna. O CPAT foi criado, talvez, no começo da década de 1990, pelo Professor Irto de Souza²², que foi meu professor na graduação e a disciplina de trabalho obrigatória se chamava “Seleção Profissional”. Foi para essa disciplina que eu fiz o concurso. Eu ingressei para ministrar essa disciplina e antes disso, como eu já contei, eu era pesquisadora do Instituto de Saúde, estava na carreira de pesquisador científico na área de saúde coletiva e saúde do trabalhador. Quando eu ingressei na USP, eu não era doutora ainda, eu terminei o doutorado já como professora do Instituto de Psicologia. Eu terminei o doutorado em 1998. A gente reestruturou o CPAT, e eu digo a gente, porque foi mesmo um grupo. Eu tinha saído do IPUSP em 1982, quando me graduei, e voltei em 1995 como professora. O Fábio de Oliveira²³ também ajudou muito. Teve ele, teve o Mário Costa²⁴, o Sandro Mazzi²⁵ que foram pessoas que me ajudaram muito nessa reconfiguração do CPAT. Quando eu fiz o concurso, eu fiquei na dúvida se eu ia assumir essa vaga na USP ou não, porque era a disciplina “Seleção Profissional” e eu não saberia bem como trabalhar o conteúdo dessa disciplina. Eu pedi afastamento sem vencimentos do Instituto de Saúde, porque eu não sabia se ia dar certo a minha inserção no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP. Mas aí a gente foi mudando a disciplina, foi mudando o conteúdo e eu comecei a trazer temas da Saúde do Trabalhador, que era a minha área de pesquisa. Mudamos bastante o que nós oferecíamos nessa disciplina e no CPAT, pois houve um processo importante de reconstrução e a revista, os Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, ela veio no bojo dessa mudança. Porque aí também mudou o tipo de estágio que era oferecido. Antes era só a área de recursos humanos mesmo: diagnóstico organizacional, seleção, treinamento, essa parte mesmo de recursos humanos. E aí a gente começou a introduzir como estágio o que a gente chamou de “minipesquisa”. Então foi aí que a gente considerou a possibilidade de publicar o que os alunos de graduação faziam nessas “minipesquisas”. Aluno de graduação é muito criativo. Eles não têm essa coisa de definição ou identificação com uma linha de pesquisa ou de uma abordagem teórica específica. Não! Eles vão misturando tudo e juntando e fazendo o diálogo entre aquilo que eles aprendem nas diversas disciplinas, então era muito interessante nesse sentido. Eles não têm assim uma necessidade de ser tão rigorosos, mas o fato é que são rigorosos. Quando eu comecei a dar aulas na USP, no currículo

²² Professor aposentado do Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP.

²³ Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP, co-fundador e co-editor dos Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.

²⁴ Professor no Instituto Sedes Sapientiae e na Universidade Cruzeiro do Sul.

²⁵ Mestre em Psicologia Social pela USP.

do curso de Psicologia a disciplina obrigatória da área de trabalho era oferecida só no quinto ano, já no final do curso. Então você pegava um aluno que já estava praticamente formado, que já tinha uma formação muito boa. Se a gente fosse pegar o conjunto dos trabalhos dos alunos de graduação, ele era melhor do que o conjunto dos trabalhos de alunos de pós-graduação. É interessante porque uma vez eu estava conversando com o professor José Leon Crochik²⁶, que é uma pessoa muito rigorosa, muito exigente, um intelectual muito interessante, e ele também tinha essa mesma percepção, a de que, no conjunto, os trabalhos dos alunos de graduação eram melhores do que o conjunto dos trabalhos dos alunos de pós-graduação. Eu estou falando isso para dizer que alunos de graduação também podem construir conhecimento muito interessante, muito criativo. E foi nessa linha que a gente fez os Cadernos. E é preciso enfatizar que o Fábio teve papel decisivo na sua criação e continua tendo em sua manutenção.

A constituição da psicologia social do trabalho pela e na diversidade teórico-metodológica

Tem essa questão da influência na construção do que é essa Psicologia Social do Trabalho, do que a gente denominou de Psicologia Social do Trabalho. Uma denominação que foi coletivamente construída. Ela deve muito ao grupo que é do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, ANPEPP. Principalmente, por pessoas que estiveram juntas já há algum tempo, como a Márcia Hespanhol²⁷, o Fábio [de Oliveira], desde sempre. Inclusive, os Cadernos de Psicologia Social do Trabalho foi uma ideia que o Fábio lançou quando ele ainda era psicólogo supervisor do CPAT e eu era docente fazia pouco tempo. O Fábio era supervisor de estágio.

Muito daquilo que a gente conseguiu construir, no que a gente denomina Psicologia Social do Trabalho, é devedora do que os alunos de graduação e do que os alunos de pós-graduação trazem. Trazem como questão, trazem como realidade a ser estudada, trazem como possibilidades de apoio em teorias as mais diferentes. O que a gente diz, e pelo menos para mim, do modo como eu consigo trabalhar a Psicologia Social do Trabalho é focalizar nos problemas, nas questões e a teoria vem ajudar. É óbvio que quando você formula um problema, você já formula com alguma leitura teórica, não é empirismo, mas, muitas vezes, você muda a teoria que você vai usar no meio do caminho, após ter iniciado a pesquisa propriamente. Ou você reformula a questão após você ter tido contato com aquela realidade. Isso se dá porque nossos trabalhos não são trabalhos exclusivamente teóricos.

No caso da Psicologia Social do Trabalho ela se constrói e traz suas questões muito a partir do que são problemas na realidade social. Então também para mim, uma coisa importante na perspectiva da Psicologia Social do Trabalho é o fato de que a gente não tem uma teoria que seja aquela que consiga dar conta dos problemas que a gente estuda. Você tem paradigmas. Você tem alguns paradigmas. Eu penso que nas questões do trabalho existem leituras que são importantes considerar. A leitura marxista, ela é importante, por exemplo, ela é um paradigma. Agora, não é só a leitura marxista que vai conseguir dar conta de compreender os diferentes problemas que se apresentam. Isso é uma coisa interessante e rica, mas, ao mesmo tempo, é mais complicada, porque eu acho que é mais fácil você ter uma teoria e, a partir dela você lê, interpreta ou explica os fenômenos pelas lentes daquela teoria. Então acho que é mais fácil, até para o aluno, em termos pragmáticos, você ter uma teoria, aí você segue os teus estudos a partir daquela teoria. Você não tem que ficar pensando: “Ai meu Deus, e agora? Com qual leitura que eu vou construir a pesquisa?”. Por

²⁶ Professor aposentado do Departamento da Psicologia da Aprendizagem.

²⁷ Márcia Hespanhol Bernardo é Professora aposentada da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, co-editora dos Cadernos de Psicologia Social do Trabalho e professora colaboradora no IPUSP.

outro lado, eu acho que é mais rico e é mais interessante você não ter uma teoria definida *a priori*, mas você ter problemas e, a partir desses problemas e perguntas você vai em busca de teorias que podem te ajudar a resolvê-los e respondê-las. E se vocês forem ver os caminhos trilhados por meus orientandos em suas respectivas teses e dissertações, cada um deles se apoiou em autores bem diversos. Então, eu acho que esta diversidade é uma riqueza, no sentido de construir uma perspectiva que abra possibilidades de leitura e de entendimentos e não os limite, por se seguir uma leitura única. Entretanto, se por um lado potencializa uma riqueza, por outro lado é mais difícil para a aluna, pois ela tem de construir um caminho singular, e não apenas seguir um que já foi construído por outra pessoa. Nesse sentido, eu tributo a este “trilhar caminho próprio”, por assim dizer, a o caráter autoral das dissertações e teses das pesquisadoras que eu tenho orientado.

E a gente da Psicologia Social do Trabalho também tem ferramentas e propostas de intervenção, de práticas; não é só a crítica pela crítica. É que nossa intervenção não é no espaço que já está consolidado, no espaço mais consolidado de trabalho, da psicóloga que focaliza o trabalho. Eu, dependendo de quem me pergunta, eu respondo que eu sou psicóloga social, ponto. [Risos.] Tô brincando... Por que falo isso? Porque quando se liga a palavra "psicologia" à palavra "trabalho", muitas pessoas concluem, imediatamente, que o que se estuda e o que se faz é basicamente o conjunto de práticas de psicologia organizacional e de recursos humanos (ou gestão de pessoas). Faz tempo que eu não vejo livros ou textos sobre psicologia organizacional, mas teve de fato um evento que foi meio que um divisor de águas. Foi um evento organizado pelo Conselho Federal de Psicologia, que até publicou um livro, uma coletânea de textos e eu estava numa das mesas, já faz tempo, foi lá em Belo Horizonte. Eu até tenho uma publicação neste livro que é um texto – que eu já tinha publicado num livro sobre psicologia e saúde²⁸. Foi um evento que foi mesmo um divisor de águas e o pessoal da psicologia organizacional depois fez um manifesto²⁹, que foi publicado pela SBPOT (Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho). O Fábio e a Márcia fizeram um artigo em resposta ao Manifesto, o “Linhas Paralelas”³⁰... Depois as coisas foram ficando muito mais claras no sentido de que não dava para trabalhar junto – Psicologia Social do Trabalho e Psicologia Organizacional/Recursos Humanos –, porque não são a mesma coisa; não se trabalha com as mesmas categorias, com os mesmos objetos e nem se tem os mesmos objetivos. No livro Psicologia Social do Trabalho, nós delineamos qual é a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. E ela orienta intervenções. Entretanto, eu acho que há uma ideia equivocada de que nós, da Psicologia Social do Trabalho, só fazemos a crítica; mas, nós temos intervenção, sim, várias: formação, trabalhar junto aos trabalhadores em termos de atuação para mudanças do trabalho; na formação e assessoria em autogestão de cooperativas no campo da economia solidária; ações no campo da assistência social. O que a gente propõe é considerar o trabalho como categoria e, a partir disso, buscar-se o "trabalho" onde quer que ele esteja, não circunscrevendo, de antemão, alguns poucos espaços de atuação profissional, como por exemplo, a empresa, a organização.

O psicólogo social do trabalho pode trabalhar na assistência social, por exemplo. Ele não tem que restringir sua atuação em setores nos quais o trabalho esteja, digamos assim, “na cara”, quer dizer, tão evidente. A assistência social é um lugar onde vários problemas aparecem, incluindo os relacionados ao trabalho. Escolas profissionais, são outro exemplo. A Beatriz Ferraz Diniz³¹, que foi minha orientanda, ela trabalha numa escola técnica como a do Samir Mortada³², na área

²⁸ Alusão ao texto intitulado “Saúde e controle no trabalho: Feições de um antigo problema” (Sato, 2002).

²⁹ Leny faz alusão ao manifesto de 2009 intitulado “Psicologia organizacional e do trabalho: não atuamos pela cisão” (SBPOT, 2009).

³⁰ Referência ao artigo “Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho” (Bernardo, Oliveira, Souza e Sousa, 2017).

³¹ Mestre em Psicologia Social pelo IPUSP e psicóloga escolar do Instituto Federal São Paulo (IFSP).

³² Samir Perez Mortada, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

educacional, e a questão do trabalho é uma questão para esses estudantes, acho que para qualquer estudante das classes populares, a questão do trabalho é importante. E não se trata de tomar o trabalho apenas pela ótica da orientação profissional, mas de se pensar caminhos a partir de escolhas possíveis. Então acho que são coisas para a gente pensar mesmo, no sentido de construir espaços de atuação profissional para a psicologia nos quais o trabalho nos convoque. Assim, há territórios delimitados de atuação profissional – os quais, inclusive, alimentaram a construção da perspectiva da Psicologia Social do Trabalho – e há espaços abertos nos quais os problemas atinentes aos trabalhos não se apresentam isoladamente; ao contrário, eles vêm amalgamados com problemas que normalmente circunscrevemos a outras esferas, como, habitação, educação, saúde etc. Conceber a construção do conhecimento e da intervenção como sendo sempre um processo de descobertas, deixa o campo sempre aberto à criação e à invenção.

Na disciplina de graduação, “Psicologia Social do Trabalho e das Organizações”, ao apresentar a disciplina aos alunos na primeira aula, eu falava: “Olha, essa disciplina não tem interesse apenas para quem pretende trabalhar na área de trabalho - tal qual ela é delimitada, mas é para quem quer trabalhar na área de educação, de escolar, na clínica, na assistência social...”. Ela é uma disciplina para pensar o trabalho na constituição das pessoas, não apenas no processo de sofrimento, mas como aspecto fortemente presente na constituição das pessoas. Por que alguém que está com um problema sério de transtorno mental e chega a ser internado em um hospital psiquiátrico, fala para a gente assim: “Ô tia, eu já posso ter alta, eu já tô bom para trabalhar?” Quer dizer, esta era a justificativa para ter alta. Isto não é pouca coisa. Ele não falava: “eu quero ir para igreja, então, eu já tô bom para ter alta”. “Eu quero ir para escola, então, eu já tô bom para ter alta”, “Eu quero passear, então, eu já tô bom para ter alta”. Eles não falavam isso. Eles falavam: “Eu quero trabalhar”. Então tem, logicamente, uma dimensão que é ideológica. O trabalho comparece vinculado a tudo: ao disciplinamento, à religião, à educação; enfim, a vários aspectos que orientam a vida social.

Pesquisar, orientar pesquisas e encontrar as próprias referências

Há diferentes caminhos para se construir um problema de pesquisa. Há os que priorizam a eleição de uma determinada teoria e, a partir dela, formulam-se os problemas possíveis que nortearão a construção das pesquisas e há os que se orientam a partir de problemas sociais, psicossociais. Acho difícil pensar que os problemas reais no campo do trabalho possam ser explicados a partir de uma única teoria; quer dizer, eu acho que é muito difícil eleger uma determinada abordagem teórica para iluminar o entendimento sobre os diversos problemas com os quais a Psicologia Social do Trabalho se defronta. Ao assumirmos que trabalhamos com ampla diversidade de problemas, temos que reconhecer nossa limitação para conhecer e dominar as diferentes leituras teóricas que podem apoiar a condução de pesquisas acadêmicas orientadas por problemas da realidade social. Quando vocês, Flávia e Juliano, falam que parece que eu tenho segurança em relação à orientação, eu não sinto que seja uma segurança, eu até me sinto uma pessoa bem insegura, porque eu não sei, porque meu conhecimento é limitado, e não poderia ser diferente. Então é por isso que eu falo, por exemplo: “Ah, vai procurar a Fabiana Jardim³³, ela vai saber te ensinar tal teoria”. É porque eu não sei. Eu não sei! Então talvez eu tenha certo desprendimento de lidar com o fato de eu não saber. E eu não fico muito aflita de não saber e de orientar. Talvez isso. Eu estava lendo aquele texto do Hosard Becker,

³³ Professora da área de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da USP.

*Truques da escrita*³⁴. Ele começa falando que foi ministrar uma disciplina sobre redação, redação de trabalho científico. Só que ele foi ministrar, mas ele não sabia nada sobre aquilo e mesmo assim, foi [Risos.]. É muito interessante porque acho que é um pouco isso mesmo que acontece comigo. O Becker vai indo atrás das alunas, do que elas trazem, no sentido de acompanhá-las e, assim, o Becker também aprende, talvez no mesmo passo, com as alunas, ao lado das alunas. Entretanto, tal postura não implica aceitar que no trabalho acadêmico compareçam e coexistam quaisquer leituras teórico-metodológicas. Acho que é o que vocês falaram agora, quer dizer, a orientanda tem papel ativo na eleição das abordagens teórico-metodológicas, mas tem que ter rigor, em termos de coerência epistemológica, não dá para juntar “lé” com “cré”. Este é um exercício difícil, árduo, exigente com as pós-graduandas e também com a orientadora, mas, a meu ver, este exercício é importante na formação de pesquisadoras criativas e originais e que não se limitem a replicar ideias e pesquisas. Também creio que este exercício permite que cada uma trilha caminhos que as conduzam à construção de um estilo próprio. E para mim, como orientadora, é muito gratificante constatar, ao final da dissertação ou tese, que a/o aluna/o trilhou o seu caminho; quando o trabalho final da orientanda tem “a cara” dela. É muito gratificante. E, penso eu, que tendo conseguido, sendo assim, serão docentes e pesquisadoras que terão mais autonomia, terão mais segurança em trabalhar de seus respectivos jeitos. E é bastante bom saber que várias ex-orientandas trabalhando em universidades e faculdades em vários lugares do Brasil; estão construindo conhecimento e formando profissionais e pesquisadores... isto é bom!

Quando ingressei na USP como docente, em 1995, eu ampliei o foco do meu olhar sobre o trabalho; não seria adequado eu examinar o trabalho apenas a partir da ótica da saúde, dado que fui aprovada em concurso para a área de Trabalho (ainda que a designação fosse Seleção Profissional). E este movimento foi muito bom, porque com a leitura crítica sobre o trabalho que aprendi e construí no campo da Saúde do Trabalhador – como costumam dizer: olhando o trabalho com “os óculos dos trabalhadores” – pude configurar e examinar outros temas e problemas do Trabalho. Isso fez com que eu já não fosse mais uma profissional e uma pesquisadora apenas do campo da Saúde do Trabalhador, mas, antes, a partir da Saúde do Trabalhador, da experiência que eu tive, das preocupações éticas e políticas, eu pude olhar outras dimensões do Trabalho, para além da Saúde, com essa mesma preocupação política, com essa mesma preocupação ética; enfim, com uma leitura crítica. Então para mim foi um ganho quando eu cursei a pós-graduação, porque eu tive a oportunidade de ampliar e conhecer outros fenômenos que eu não conhecia. Digo que a Saúde do Trabalhador continua sendo um foco de preocupação, mas não é o único, não é o foco exclusivo. Na USP, temos liberdade para propor estudos e pesquisas sobre o que consideramos que seja importante em termos do desenvolvimento do conhecimento e para a sociedade. Tem-se o que se chama de “liberdade de cátedra”. Aqui, cabe destacar a importância da contribuição das/os pós-graduandas/os para a construção do conhecimento no Brasil. E eu, como professora e pesquisadora, só posso conhecer várias situações que eu conheço, ainda que minimamente, porque vocês alunas/os de pós-graduação as estudam (ou estudaram), uma vez que eu não teria condições de fazê-lo diretamente. Assim, eu o faço por intermédio de vocês... E vocês também me aproximam de literatura que não estudei, que não conheço suficientemente para desenvolver uma dissertação ou tese à luz dela. Acho que tem isso, quer dizer, há tanto leituras teóricas, quanto problemas, que eu não teria condição de estudar, porque a vida é curta e não dá para estudar tudo [Risos.]. Eu me lembro do Prof. Geraldo Paiva³⁵, que é uma graça de pessoa, não sei se vocês o conhecem, pois ele está aposentado. Uma vez

³⁴ Referência ao livro “Truques da Escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos (Becker, 2015).

³⁵ Professor titular aposentado em Psicologia Social do IPUSP.

ele me falou algo assim: “Não, Leny, não dá para a gente estudar tanto. Não dá tempo” [Risos]. Não dá mesmo! Então a gente tem que confiar que as orientandas vão atrás de quem estuda e vão estudar sozinhas, tem que ser um pouco assim, senão fica uma coisa muito restrita; restrita em termos até de possibilidades de descobertas, porque se não for assim, você só vai estudar aquilo que eu sei, e isso eu acho muito pobre. Eu sei pouca coisa. Se for estudar só o que eu sei, eu sei pouca coisa. Não dá.

O Peter Spink tem uma influência muito grande na minha formação como pesquisadora e, penso, na forma como eu oriento pesquisas, nesse jeito mais livre, não ficando presa a escolas. Há paradigmas, o sentido de termos arcabouços mais gerais. E eu acho que isso é uma coisa que vem dele, do aprendizado com o Peter, de não se fixar em uma escola. Lógico que as pessoas falam: “Ah, tá bom, você foi orientando da Leny, então tem um ‘jeito’”. Não é que não tenha, tem, e talvez seja pelo fato de não nos fixarmos em uma leitura fechada, no sentido de que se segue uma determinada perspectiva teórico-metodológica. Tem, talvez, o fato de se construir as pesquisas a partir dos problemas que vão se apresentando, à medida que nos aproximamos do fenômeno, sem pré-fixar o enfoque teórico de modo a emoldurá-lo precocemente, restringindo, assim, o elenco dos problemas de pesquisa que cada fenômeno possa nos apresentar. Para isto, procura-se referências para se construir os objetos de pesquisa. Então acho que o Peter é muito importante nesse sentido, de evitar colocar as teorias adiante dos fenômenos. A Edith Seligmann-Silva também. É muito claro para ela que aquilo a que as/os trabalhadoras/es se referem é importante; assim, os problemas de pesquisa são formulados a partir do ponto de vista delas/es. E esta postura política deve ser o norte do nosso trabalho. A Arakcy [Rodrigues Martins], por exemplo, tem uma participação muito importante em minha formação, e admiro, dentre outras qualidades, seu “jeito” mais reflexivo - que indaga sobre coisas que parecem óbvias - e seu humor - sempre dirigindo um olhar crítico para os acontecimentos. Ela tinha o Pierre Bourdieu como principal referência para pensar a relação indivíduo e sociedade.

O Bourdieu, para mim, é muito importante. Eu nunca adotei o Bourdieu como referência central, mas ele é muito importante no modo como ele pensar a relação estrutura social e construção social. A Sylvia Leser de Mello, desde a graduação, tem uma importância. Agora, com o falecimento dela, eu estava lembrando de algumas pessoas, colegas minhas de graduação, que fizeram a disciplina dela junto comigo. Eu nunca vou me esquecer de um livro que ela me indicou, daquela coleção - não é da coleção, é do autor que foi o diretor da coleção *História da vida privada*³⁶, Philippe Ariès. Tem um livro que se chama *História social da família e da criança*³⁷. E eu me lembro, para mim foi tão impactante quando ela falou, apoiada no Ariès, que a infância não é uma coisa que é natural, mas é social. Muito desse olhar da Sylvia, eu acho que um olhar mais antropológico que ela tinha, eu também carrego. E eu tenho para mim que se eu não tivesse feito psicologia eu seria uma antropóloga, porque eu me identifico muito mesmo com essa leitura que é não se prende ao universal, mas valoriza as singularidades, os significados situados em grupos e coletivos.

A Arakcy eu só conheci quando eu fui fazer o doutorado mesmo. A Arakcy ela não era professora da USP na minha época, ela era professora na Fundação Getúlio Vargas, que é o que ela fala na entrevista³⁸ e então eu fui fazer o doutorado com ela. Eu terminei o mestrado e aí o Peter falou: “Volta para a USP e procura a Arakcy”. E aí eu fui e a Aracy, naquela época, ela era muito engraçada. Eu ia na casa dela, a orientação era sempre na casa dela. Ela marcava e a gente ficava a tarde inteira e a gente falava sobre tudo [Risos.] Ela também dava orientação [Risos.] Também foi uma ótima convivência, e muito aprendizado, nas orientações e nas disciplinas que ela ministrava.

³⁶ Referência à coleção organizada pelos historiadores franceses Georges Duby e Philippe Ariès, publicada em 1985.

³⁷ Alusão ao livro “História social da família e da criança” (Ariès, 1981).

³⁸ Menção à entrevista realizada por Leny e Fábio de Oliveira com Arakcy Rodrigues Martins, em setembro de 1999 (Sato & Oliveira, 1999).

E eu também tenho muitas referências que não são na psicologia. Eu tenho muitas referências que são essas do Instituto de Saúde e do DIESAT. Tinha o Lacaz, o Herval Pina Ribeiro³⁹, a Agda Aparecida Delia⁴⁰, o grupo que era do DIESAT, era um grupo muito interessante, tinham engenheiros, o Nilton Freitas⁴¹ que era um engenheiro com quem eu dava muito curso de formação. Eles não eram pessoas que tinham uma graduação maior que a minha, eram colegas, que faziam ou iam fazer mestrado, enfim. Era uma coisa tão boa, a gente trabalhava muito bem juntos, aprendia juntos, tendo pessoas mais experientes tanto em termos profissionais como em termos de militância política; alguns de nós, como eu, estávamos aprendendo a atuar como intelectual orgânico (como fala Gramsci), a fazer militância e aprendi muito com os problemas trazidos pelos trabalhadores, com o ponto de vista deles e com as interpretações que eles têm de sua realidade.

A Ecléa Bosi⁴² também exerce influência sobre meu trabalho, embora de um modo um pouco mais distante, pelo tema do trabalho da memória, pela cultura operária e por temas relativos à pesquisa em psicologia social. Com Aracy aprendi um pouco sobre Bourdieu. Ela era uma presença muito forte, muito inteligente e muito inquieta e o Bourdieu era o grande pensador para ela. Ele é autor muito interessante, mas era difícil estudar o Bourdieu, muito difícil. Eu lembro que a Iolanda Évora⁴³, a gente se conheceu quando eu fiz o doutorado e ela o mestrado. A gente estudou o Bourdieu juntas, para dar o seminário na disciplina da Arakcy e depois continuamos estudando. Eu me lembro que na disciplina de pós que a Arakcy deu tinha só um texto de Bourdieu e aí a gente ia catando outras coisas, pegando um pouco pelo jeito dela analisar as coisas. Ela falava tanto que gostava do Bourdieu, e acho que ela falava tanto no Bourdieu, que o Daniel – filho dela – quando criança, falou-lhe: “Mãe você é parente do Bourdieu?” [Risos.]. A Arakcy, quando a gente se conheceu, o Dejours estava muito em voga e ela também gostava muito da psicanálise e ela falava assim: “Eu já fui freudiana roxa, já foi kleiniana roxa, eu agora só sou corinthiana roxa” [Risos.]. Mas quando o Dejours veio ao Brasil e ele lançou o livro “A loucura do trabalho”, traduzido para o português, ela retomou o contato com a psicanálise pelos estudos do trabalho. Dejours começou a vir ao Brasil seguidamente. Teve até uma ocasião que ele veio e teve reunião de um pequeno grupo com ele, estávamos a Arakcy, Edith e eu. Depois fomos jantar em um restaurante e acho que quem organizou esse encontro foi a Arakcy e o marido dela, o Leôncio Martins Rodrigues⁴⁴, que faleceu recentemente. A Arakcy tinha a expectativa que eu fosse trabalhar com o Dejours na tese porque ela estava envolvida com a leitura dele e inclusive ela fez um estudo sobre AIDS. A Iolanda Évora fez parte dessa pesquisa, era uma pesquisa com financiamento FAPESP e tinha a ver com a questão da AIDS. A Arakcy se utilizou da leitura do Dejours para discutir algo que seria o correspondente à “ideologia defensiva”⁴⁵ e às defesas coletivas.

Quando a Arakcy era professora da EAESP-FGV, ela traduziu muitos textos, está tudo datilografado. Não foram publicados. Ela traduzia para trabalhar como material didático. Ela traduziu muitos textos da sociotécnica; de autores clássicos da sociotécnica. O Eric Trist, o Hugh Murray⁴⁶... Eu devo ter todos aí datilografados ainda, quando ela era professora na GV. Ela também traduziu o texto da Isabel Menzies⁴⁷, do Tavistock. É um texto datilografado e eu conheci esse, é um

³⁹ Professor e pesquisador da Universidade Federal de São Paulo.

⁴⁰ Socióloga, mestre em sociologia e pesquisadora no DIESAT.

⁴¹ Engenheiro e assessor técnico do DIESAT.

⁴² Professora emérita da Universidade de São Paulo. Faleceu em 2017.

⁴³ Professora e pesquisadora na Universidade de Lisboa.

⁴⁴ Sociólogo e cientista político, professor aposentado da Unicamp, falecido em maio de 2021.

⁴⁵ De acordo com Dejours (1988), a ideologia defensiva é uma estratégia coletiva que substitui os mecanismos de defesa individuais, isto é, funciona no nível do grupo e garante a coesão e a disposição para a produtividade no ambiente de trabalho.

⁴⁶ Triste e Murray são fundadores do “The Tavistock Institute of Human Relations” e pioneiros da Escola Socio-técnica.

⁴⁷ Isabel Menzies Lyth, psicanalista kleiniana britânica, também fundadora do “The Tavistock Institute of Human Relations”.

texto que se chama *O funcionamento das organizações como um sistema contra a ansiedade*⁴⁸. Ela é kleiniana, então é um texto kleiniano e que ela trabalha com conceitos muito próximos aos conceitos que o Dejours depois, na década de 70, construiu. Então a Menzies, a partir de um aporte kleiniano, na Inglaterra, no Instituto Tavistock, fez essa reflexão sobre as organizações como sistemas de defesa contra a ansiedade. A ideia de defesa coletiva e ideologia defensiva também estão presentes na Isabel Menzies e eu me lembro que nessa reunião que estava a Arakcy e a Edith com o Dejours, a Arakcy perguntou a ele se ele conhecia a Menzies, por ser anterior ao livro "A loucura do trabalho".

Eu entrei no doutorado em 1993, acho, e aí foi a partir deste ano que a gente conviveu, a gente ficou bastante próximas. Numa das ocasiões em que ela ficou doente ela me pediu para substituí-la em sua disciplina de pós, já era professora. Imagina! Não dava para substituir a Arakcy. Isso é impossível! Eu falava: "eu não te substituo, eu posso coordenar a apresentação de seminários", mas substituir ela, não. Os conteúdos das disciplinas "Indivíduo, Grupo e Sociedade" I e II eram todos apresentados e discutidos em seminários; as/os alunas/os apresentavam seminários, mas ela participava muito. Ela também apresentava o seminário! [Risos.]. E, às vezes, tinha aluno que ficava bravo com ela porque o aluno se preparava e ela falava muito [Risos.]. Era uma figura muito inteligente, muito inquieta e muito crítica. Quando a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) começou a ter uma linha mais rígida, em relação à produção, definindo quantidade e tipo de produção bibliográfica, indicando parâmetros para a definição das linhas de pesquisa etc. Ela tinha muitas críticas em relação ao que um possível excesso de regras poderia provocar na pós-graduação, na pesquisa, e falou: "Ai, gente, eu não consigo, eu não vou conseguir" – e ela tinha uma voz grossa, ela falava alto. "Ah, esse negócio que a gente tem que publicar tantos artigos por ano... Imagina? Eu, no máximo, tenho uma boa ideia por ano... e olhe lá!". Então é um outro jeito, acho que isso é muito importante que vocês falam da influência, que acho que é uma influência de uma geração assim, de como vê a construção do conhecimento, de como vê a pesquisa, de como vê a formação. Há regras que interferem bastante no processo de aprendizado, no exercício de se fazer pesquisa e na trajetória de formação como pesquisador/a. Ao se limitar a dois anos o tempo para se concluir o mestrado, o aluno tem poucas possibilidades para mudar de ideia. Não dá tempo de mudar de ideia, o aluno tem que fazer aquilo que o professor já sabe, porque não dá para ficar pensando algo como: "Ah, e agora com que referência que eu vou pesquisar?", não dá tempo. Não dá tempo de o pós-graduando saber "qual é a dele", no sentido de começar a construir um caminho original, a ir tateando o próprio estilo. Eu fico muito feliz ao constatar, ao final de um mestrado, de um doutorado, que aquele trabalho é da pessoa que eu orientei. E vendo vocês, os meus orientandos, cada um é de um jeito. O que eu tenho para mim é assim: cada um conseguiu achar o seu caminho. Formar pesquisador é você conseguir fazer com que cada um tenha um caminho que está trilhando autonomamente. É lógico que o autônomo não é sozinho, é sempre com um monte de gente junto. Mas que é você que vai caminhar...

Até estava conversando com a Márcia Hespanhol, estávamos numa reunião de coorientação e falávamos da importância de as pessoas formularem os seus problemas de pesquisa e não de ficarem formulando um problema de pesquisa do orientador. E comentei que, às vezes, nós somos procurados por pessoas que querem fazer mestrado ou doutorado, mas que ficam na expectativa de que a gente defina o que elas devem estudar. Não trabalho assim. Eu costumo dizer que eu sigo vocês, meus/minhas orientandos/as, em seus interesses, em suas questões de pesquisa, em sua curiosidade, e não são vocês que me seguem. Porque eu não sei também fazer isso, não é só uma

⁴⁸ Texto original intitulado "A Case-Study in the Functioning of Social Systems as a Defence against Anxiety: A Report on a Study of the Nursing Service of a General Hospital. (Menzies, 1960).

questão de concepção, mas é uma questão de incapacidade. Eu não consigo fazer. Também acho uma grande responsabilidade definir as questões e as leituras teórico-metodológicas para meus alunos, tanto de graduação como de pós-graduação. Acho que eu fico constrangida, na verdade, de fazer isso, no seguinte sentido: “como é que eu acho que um problema que me desperta interesse deva ser o que os outros acham interessante estudar também?”. Ao mesmo tempo que eu também não sou uma pessoa que eu consigo, já de partida, sair com todas as referências prontas para uma pesquisa. E aí é porque eu não consigo mesmo, não é, digamos, uma postura epistemológica apenas. É porque eu não consigo mesmo. Eu estava falando outro dia em uma reunião de orientação: “olha, a teoria não pode te atrapalhar”. A teoria deve vir para te ajudar, mas não para te atrapalhar.

Em relação aos grupos de orientandos, fazer reuniões regulares para discutir os projetos individuais é enriquecedor para todo mundo; para mim, inclusive na condição de orientadora, porque tem muita coisa que vocês falam nos grupos que eu não pensaria. É uma orientação coletiva, efetivamente, e não é retórica; não é falsa modéstia; não é nada disso. É um processo bacana e, embora cada estudante desenvolva o seu projeto, os problemas, obstáculos e desafios que cada um enfrenta para conduzir sua pesquisa são socializados e as alternativas para enfrentá-los são pensadas coletivamente. Além disso, vocês criam vínculos entre si, de amizade e de trabalho.

Eu sempre quis receber pessoas de outros estados do Brasil. Aprendemos muito com as diversas experiências, com a singularidade das diferentes culturas regionais, com os diferentes vocabulários e com os diferentes portugueses-brasileiros. É bom para o grupo e é bom para nós mesmas professoras. Não foi uma coisa premeditada, muito claramente pensada, algo do tipo: “Olha, então eu vou preferir alunos que venham cada um de um lugar do Brasil e até de fora do Brasil”. Não foi assim que aconteceu, mas aconteceu e tem dado muito certo em termos da riqueza de conhecimentos que temos construído. E deu certo em relação à convivência também. Talvez, para algumas pessoas mais, para outras pessoas menos. É importante quando as pessoas vêm dispostas a trazer coisas que têm a ver com outras realidades que não aquela que a gente estuda aqui em São Paulo. Isto nos faz sair um pouco da nossa cadeira, a gente fica sentado sempre na mesma cadeira e pronto. Olhar para estas outras realidades, nos deslocamos para conseguir ter outros pontos de vista. Com isto, temos que pensar a partir de outras coisas, inclusive do idioma que a gente fala que é muito diverso, são muitos aspectos, não é só o sotaque, é um outro português [Risos.] Fala de outras coisas e fala de outro jeito. São coisas interessantes que fazem parte do aprendizado e da construção do conhecimento. Talvez, no sentido de pensarmos criticamente uma possível colonização do conhecimento internamente no Brasil, por exemplo: o sul e o sudeste colonizando o conhecimento de outras regiões do país.

O produtivismo na vida acadêmica

Acho que uma coisa que fez com que eu quisesse sair mesmo, me aposentar da USP, foi isso. Fomenta-se, atualmente, este “espírito empreendedor” na academia também, inclusive na universidade pública. Tem muito professor novo que entrou nessa de “vamos que vamos” e “vamos pedir financiamento” e “vamos publicar” e “vamos fazer isso e fazer aquilo”. Lembram do Stakhanov⁴⁹? O operário padrão da União Soviética, que produzia e produzia sem parar? A gente está vivendo isso na universidade. Há alguns anos, eu conversava com um colega da USP e comentávamos que daqui a pouco precisaremos ter um CNPJ para sermos pesquisadoras. Talvez a área da psicologia seja menos influenciada por esta lógica: a de se buscar financiamento externo,

⁴⁹ Referência a Alexei Stakhanov, trabalhador de minas de carvão que aplicou um padrão técnico da produção e aumentou em cinco vezes a produtividade, o que fez com que se tornasse um garoto propaganda da União Soviética (Augustin, 2013).

inclusive da iniciativa privada. Uma colega da área de biológicas, de outra universidade, não pôde fazer concurso para ascensão de nível porque não tinha captado recursos; enfim...

Eu estava dando uma aula no curso da Vera Navarro⁵⁰ e falei um pouco disso, quer dizer, na época que eu entrei para o campo do trabalho na área da saúde do trabalhador eu tive contado com muitas leituras da sociologia do trabalho que eram leituras críticas, leituras que, inclusive, mostram formas de resistência dos trabalhadores em relação ao controle gerencial e consistiam em estratégias de resistência coletiva e tinha um aspecto que dizia respeito à ética em relação aos colegas, aos companheiros; diz respeito ao sentimento de pertencimento a uma determinada classe e a uma determinada categoria profissional. Por exemplo: “Não vai produzir mais que esta quantidade por dia, porque, com isso, você vai contribuir para fazer subir a meta e isto vai atingir a todos nós”. E nós, na universidade, também estamos dentro da mesma lógica e temos que estar atentos a isto.

Esta lógica produtivista hoje também passa pela sua inserção internacional. Mas não é em qualquer esfera internacional. O internacional valorizado é em determinados lugares; não pode ser Argentina, não pode ser África do Sul, não pode ser Guiné-Bissau; isso não é o internacional que vale. O internacional valorizado e incentivado é o hemisfério Norte. E há uma riqueza do conhecimento da Psicologia Social do Trabalho; uma perspectiva rica e construímos esta riqueza em tão pouco tempo! E tem pesquisadores em vários lugares do Brasil em que cada um trilha o seu caminho, e é ótimo que cada um construa o seu caminho. Às vezes este processo fica escondido em relação a um conhecimento que é tido como universal, porque é feito nos países do Norte. Afirmar o conhecimento construído aqui é um esforço. Estou lembrando da resenha intitulada “Psicologia Social do Trabalho: uma intervenção sobre o mundo do trabalho na América Latina”, publicada nos Cadernos de Psicologia Social do Trabalho em 2020 e na Laboreal em 2021, em que o Hernan Camilo Pulido-Martinez (2020, 2021) elaborou sobre o livro Psicologia Social do Trabalho que Márcia Hespanhol Bernardo, Maria Chalfin Coutinho e eu organizamos e foi uma produção do nosso GT da ANPEPP. A resenha é bastante interessante, merece ser lida, mas eu queria destacar a afirmação de que o livro é uma intervenção; introduz a categoria trabalho; delimita uma perspectiva, sendo ferramenta para pesquisadores e profissionais; reconhece um grupo acadêmico com interesses e posicionamentos éticos comuns; reconhece outras formas de trabalho, que não apenas a do trabalho assalariado e na grande empresa; define um método; requer a inter e a transdisciplinaridade; tem posição política comprometida.

Eu estava lembrando, até por conta da internacionalização, estou com isso mesmo muito forte: a questão do idioma mesmo, do inglês como língua franca. Numa reunião do grupo com pesquisadoras estrangeiras (do Reino Unido) – e eu achei muito interessante que elas propuseram que nós falássemos em português e em castelhano –, mas os pesquisadores brasileiros só falavam inglês frente a estas pesquisadoras estrangeiras. É muito forte a ideia de que é quase natural termos que falar inglês em contato com estrangeiros, assim como parece natural que pesquisadores estrangeiros que tenham como idioma oficial francês e inglês, se comuniquem nestes idiomas. Ótimo aprendermos outros idiomas, é muito rico. Entretanto, adotar um determinado idioma como língua franca expressa mais do que a simples escolha de um meio de se comunicar, explicita relações de poder e de hegemonia. Além disso, há uma relação entre linguagem e pensamento, quer dizer, é um outro jeito, não é só o idioma que é diferente do nosso, mas é, também um jeito diferente de pensar. Por exemplo, percebi bem isso ao ver um formulário para pedir financiamento de projeto de pesquisa. Quando o li, pensei: “Ah, eu não entendo essa língua!”, porque não é só o fato de ser em inglês, é porque há uma outra lógica.

⁵⁰ Vera Lucia Navarro, professora associada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP.

E essa onda produtivista, eu fico pensando e achando tudo muito triste. É triste, porque isso não tem nada a ver com competência, com produção de conhecimento. A pessoa pode ser hiper produtivista, fazer 'quinhentas' coisas, mas ela não está pensando no coletivo, ela tá pensando nela e o que vai conseguir com este padrão de desempenho. É meio complicado, dá até uma certa tristeza. Eu até estava falando na aula que eu dei no curso da Vera Navarro, eu falei: “A gente tem muito que aprender com os operários que têm uma ética, uma solidariedade entre si”. Eu posso até produzir mil peças por hora, mas eu não vou produzir, porque eu tenho que respeitar o meu grupo, o meu coletivo. Enfim, acho que a gente está mesmo vivendo um momento difícil. Eu sempre me lembro de uma entrevista do Bento Prado Jr., já falecido, que foi professor de filosofia da UFSCAR. Ele era contemporâneo da Arakcy Martins e da Sylvia Leser de Mello. Nessa entrevista, publicada no caderno *Ilustrada*, da Folha de São Paulo, há muitos anos, talvez há cerca de duas décadas, a entrevistadora o indagava sobre o fato de ele não ter muitas publicações, e ele lhe respondeu algo assim, conforme consigo me lembrar: que ele escrevia um ensaio, o deixava guardado numa gaveta e se o argumento que ele apresentava no ensaio resistisse a críticas (que ele mesmo fazia, inclusive), ele o publicava. Então, acho que a gente tem que reter estas experiências, essa sabedoria. Obviamente, nosso trabalho na academia deve resultar em conhecimentos que sejam comunicados, em diversos tipos de veículo (livros, cartilhas, periódico científico, vídeo etc.), afinal, eles apresentam os produtos de nosso trabalho, mas devemos refletir com muito cuidado sobre o que fazemos, como fazemos, para que fazemos e pensarmos que fazemos parte de um coletivo de trabalhadores.

Centralidade da categoria trabalho na vida humana

Conversando com a Maria Coutinho⁵¹ notamos que houve períodos em que o tema Trabalho comparecia de modo tímido nos encontros da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social). Creio que, talvez, isto expresse a emergência de outras categorias como relevantes, como, por exemplo, gênero e etnia-raça. O trabalho acabou ficando um pouco esmaecido, talvez junto com o enfraquecimento do movimento sindical, a redução de seu protagonismo na cena pública e a maior expressividade de leituras pós-modernas que colocou as leituras marxistas em suspenso. Tem um livro bastante interessante organizado por Ellen M. Sood e John B. Foster, intitulado “Em defesa da História” (1999), que discute as diferenças de leitura entre as duas abordagens, a partir de uma leitura marxista. Por outro lado, eu estava lendo, acho que era uma entrevista ou uma matéria do Vladimir Safatle⁵² na qual ele fala algo assim: que as esquerdas abandonaram o trabalho e que o Bolsonaro pegou essa questão do trabalho e se apoiou nela para dizer para as pessoas que não poderiam ficar em casa na pandemia porque elas tinham que trabalhar; ou seja, usou o tema trabalho (mesmo que indiretamente) para apoiar seu discurso negacionista e obscurantista. E, talvez, não tenhamos conseguido articular o tema do trabalho no discurso sanitário pois, para as pessoas que não podem ficar em casa, como nós, que podemos trabalhar à distância, vão ter que fazer suas atividades, principalmente para aqueles que estão no mercado informal: vender coisas, vender cachorro-quente, vender café da manhã, por exemplo, fazer limpeza etc. Como é que elas vão justificar a saída delas de casa se não for pela via do trabalho? Talvez, uma coisa importante seja a tematização do trabalho como algo central no sentido de conseguir ter um diálogo com as pessoas, porque nesse contexto atual isso fica esmaecido, a gente fala: “Não saia, fica em casa”. Ok, ficar em casa, mas quem não pode ficar em casa vai fazer o quê? Acho que essa questão da centralidade do trabalho, nesse contexto, até fica extremamente concreta, porque é algo até bem

⁵¹ Professora Titular Aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵² Professor titular do Departamento de Filosofia da USP.

pouco teórico. É uma realidade muito concreta, tem que sair, senão, como é que vai fazer, como vai sobreviver? O nosso processo de socialização é fortemente voltado para o disciplinamento para o trabalho, a formação para o trabalho.

Tomar o trabalho como categoria central não significa falar que todo mundo tem que trabalhar e trabalhar muito, não é isso. Às vezes, as pessoas entendem isso, mas é pensar a categoria trabalho como organizadora da sociedade e, na nossa sociedade, tem os que trabalham demais e os que vivem do trabalho dos outros. E os que trabalham, trabalham cada vez mais, muitas vezes realizando trabalhos nada interessantes e sendo muito pouco remunerados para isso. Nesse sentido eu concordo com o Paul Lafargue, genro de Karl Marx, autor do panfleto "O direito à preguiça" (2019). Lafargue afirmava que já no final do século XIX dispunha-se de tecnologia suficiente para trabalhar muito menos do que a gente trabalha. Quer dizer, [o trabalho] ser central significa pensar que é o trabalho que move a sociedade, e que temos que pensar como é que se dá a distribuição da riqueza e a desigualdade. Nós, pesquisadores da área de trabalho, nos interessamos e nos preocupamos com as/os trabalhadoras/es, sua condição de vida, sua saúde etc. e estudamos o cotidiano de quem trabalha, mas acho que também deveríamos estudar o cotidiano e as condições de vida de quem não trabalha.

A Lia Vainer⁵³, quando fez o doutorado, ela entrevistou uma pessoa de família quatrocentona de São Paulo, uma senhora que nunca trabalhou, mas não apenas ela... Lia me falou algo assim: "Leny, é uma família na qual ninguém trabalha. Ninguém trabalha, nem o marido, nem a mulher, nem os filhos." E eu perguntei o que eles faziam. E ela me explicou que a senhora era assídua frequentadora de um clube da elite paulistana e ficava lá jogando cartas com as amigas, depois ia tomar chá, e é isso... então, tem aquele segmento que não trabalha. Quer dizer, quem é que trabalha? É central! Mesmo para as pessoas que não trabalham, o trabalho é central. É central porque é isso que move a sociedade, divide a sociedade em classes, produz riqueza etc... voltando ao que eu falava sobre a emergência de outras categorias, como classe, gênero e raça-etnia, talvez, agora, tenha-se chegado num ponto em que se consegue estabelecer um certo diálogo intersetorial ou interseccional. Ficou claro no trabalho da Lia Vainer, que estudou o tema da branquitude, que ele deveria ser estudado, como ela o fez, articulando a questão da raça com a questão de gênero e com a questão da classe social. Então, acho que agora os estudos e as leituras têm conseguido incorporar essas categorias de modo a se estabelecer um diálogo e que, portanto, não dá para você pensar só a questão da classe ou só a questão de raça, enfim... Você tem que considerar a intersecção entre diversas categorias.

O lugar da categoria trabalho na formação em psicologia

A clínica liberal é muito forte como possibilidade de atuação profissional para psicólogas. E a psicanálise, como abordagem teórica, é muito forte, no sentido de ser hegemônica. Eu não sei se a gente consegue sensibilizar as alunas para além do curso de graduação. Você tem alunas que, sim, compartilham o entendimento de leituras críticas da Psicologia Social do Trabalho e leituras afins sobre o trabalho, em relação ao ponto de vista e aos interesses gerenciais. O perfil dos estudantes de graduação está mudando por conta da lei de cotas para alunos de escolas públicas.

Há três anos, eu tive aluno que era uma pessoa mais velha, ele fazia o primeiro ano de psicologia na USP numa disciplina interdepartamental intitulada "Perspectivas de Pesquisa em Psicologia" e eu propunha exercícios em grupo em sala de aula para refletir sobre pesquisa e

⁵³ Lia Vainer Schucman, professora adjunta no Departamento de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina.

intervenção em psicologia. Eu boleei um caso que envolvia o tema da autogestão – muito influenciada e informada pelas pesquisas de Egeu Gómez Esteves⁵⁴, Cris Fernández Andrada⁵⁵ e Juliana da Silva Nóbrega⁵⁶ – que tinha como protagonistas os trabalhadores sem teto, foi interessante porque esse aluno falou algo assim: “Ah, eu sei muito bem como é essa realidade, porque eu tenho parentes que estão no MTST⁵⁷”. É interessante porque é uma mudança no perfil das alunas que vai mudar a história ali, as conversas, os temas discutidos; vai dar visibilidade a realidades muito próximas de nós, mas que nem sempre são tematizadas como alvo de práticas profissionais da psicologia. E tudo isto faz a gente pensar e se articular às discussões descoloniais, no sentido de se pensar que as teorias que vêm da Europa não são universais, que elas são construídas dentro de um contexto e que podem importantes para estudar outras situações, mas a gente nunca pode perder de vista que elas são construções datadas e que elas foram construções oriundas de um contexto e de um determinado ponto de vista. E eu acho que a psicologia ela é cheia de leituras universais, que se pretendem universais. Enfim, talvez essas mudanças em termos de composição do alunado, tomara que venham nesse sentido, de enriquecer o conhecimento construído e de ampliar o universo de situações e problemas a serem pesquisados e merecedores da atenção para a prática psicológica.

No curso de Psicologia, às vezes, circulava a informação de que tinham alunos que queriam fazer empresa júnior e depois desistiam. Mas houve, efetivamente, uma proposta de criação de uma empresa júnior. Eu não sei exatamente o ano. E eu fiquei sabendo dessa proposta de criação na reunião da congregação do IPUSP, porque eu estava na congregação, creio que como chefe de departamento. Nessa reunião apareceu esta proposta. Eu vi e falei: “O que é que é isso?” Já era para votar e eu falei: “Não! Eu quero retirar, porque eu quero conhecer”. Eu pedi vista do processo. “Eu não sei o teor da proposta. E ela tem tudo a ver com a nossa área, eu quero saber o que é”. A proposta foi retirada da pauta da Congregação, eu discuti a proposta na reunião do CPAT, e a equipe do CPAT se posicionou contra a criação da empresa júnior no IPUSP. E foi isso, houve um debate promovido pelos alunos, foi discussão bastante acalorada... não sei em que pé que isso está, mas, que eu saiba, a proposta não voltou para a pauta da reunião da Congregação. Já faz tempo, deve ter uns 8 anos, talvez. Foi um acontecimento muito forte.

Acho importante notar que a USP implementou processos de avaliação das unidades e dos departamentos e, para isso, deve-se preencher um formulário composto de vários quesitos, várias questões e eu me lembro de um formulário que tinha questões como “A sua unidade tem empresa júnior?” e “A sua unidade tem fundação?”. Tudo isso está muito dentro dessa perspectiva de universidade como empresa, “professor-empresendedor”, “pesquisador-empresendedor” e pensando a formação a partir de um determinado diapasão. Não sei se ainda se utilizam deste mesmo instrumento para fazer a avaliação. Ao se dar relevo à empresa júnior, aponta-se para uma determinada visão. Por que a extensão tem que ser via empresa? Não pode ser de outro jeito? Por que tem que ser uma empresa? Não pode pensar em outro tipo de instituição? Quer dizer ... e para pensar em políticas públicas? Políticas públicas em todas as áreas. Por exemplo, economia, porque também existe política pública de corte econômico; política pública não é só área social, tanto que tem uma expressão que eu aprendi quando eu fazia aprimoramento no Instituto de Saúde: uma das disciplinas que nós tínhamos era “Políticas Públicas de Corte Social”. Então por que não propõem uma instituição com caráter público (e não de empresa) voltada às políticas públicas? Vai ter um monte de lugar que vai querer: escolas, centros de saúde, hospitais, centros de trabalho, secretarias de

⁵⁴ Professor do Instituto Saúde e Sociedade, no Campus Baixada Santista da Unifesp.

⁵⁵ Professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

⁵⁶ Professora na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

⁵⁷ Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, movimento social voltado ao direito à moradia, fundado em 1997

desenvolvimento social e do trabalho que inclua economia solidária. Vai ter assistência social. Por que não pode? Seria interessante propor a criação de uma instância nesta perspectiva. Mas tem que ser empresa, por quê? Parece que fica assim: “É natural que seja”. Então é uma naturalização que o espaço da prática profissional seja uma empresa.

Comentário Final

Esta entrevista tornou-se uma ferramenta que marca a diferença, a diversidade e a heterogeneidade das psicologias que se ocupam do trabalho. A partir da trajetória de Leny é possível compreender o desenvolvimento histórico da perspectiva da psicologia social do trabalho e da retomada do trabalho como categoria histórica e ontológica na psicologia. Categoria que atravessa a vida humana como atividade mediadora primordial para o desenvolvimento do ser social.

Como psicólogas sociais do trabalho, indicamos a urgência e a necessidade de mantermos uma tarefa de memória na psicologia social do trabalho, tendo em vista o compromisso com a marca da diferença e da diversidade, pela não homogeneidade. Tarefa que pretendemos expandir em próximas publicações e que convidamos as demais psicólogas sociais do trabalho a também fazê-la.

Referências

- Antunes, R. (2015). *O continente do labor*. Boitempo Editorial.
- Ariès, P. (1981). *História social da família e da criança*. LTC.
- Augustin, A.C. (2013). *O debate sobre organização do trabalho no socialismo real*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bastos, J. A., & Uchôa de Oliveira, F. M. U. (2019). Cadernos de psicologia social do trabalho: metassíntese da produção publicada em duas décadas. *Psicologia & Sociedade*, 31. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31214493>
- Becker, H. S. (2015). *Truques da escrita*. Companhia das Letras.
- Bernardo, M. H., Oliveira, F. de, Souza, H. A. de, & Sousa, C. C. de. (2017). Linhas paralelas: As distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 34(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100003>
- Biazi Jr., F. (1994). O trabalho e as organizações na perspectiva sócio-técnica. *Revista de Administração de Empresas*, 34, 30-37. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901994000100005>
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (3ª ed). Companhia das Letras.
- Chioro, A., & Scaff, A. (1999). *A implantação do sistema único de saúde*. Ministério da Saúde. http://sss.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/Material3_ChioroA.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2021, dezembro). *A psicologia em números: Infográfico*. <http://sss2.cfp.org.br/infografico/q-quantos-somos/>
- Dejours, C. (1988). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez; Oboré.
- Escritório de Desenvolvimento de Carreiras. (2022). *Quem somos*. *ECar – Escritório de Desenvolvimento de Carreiras*. <https://sites.usp.br/ecar/quem-somos/>
- Lafargue, P. (2019). *O direito à preguiça*. Editora Nova Alexandria.
- Mello, S. L. de. (1988). *Trabalho e sobrevivência: Mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. Ática.
- Menzies, I. E. P. (1960). A Case-Study in the Functioning of Social Systems as a Defence against Anxiety: A Report on a Study of the Nursing Service of a General Hospital. *Human Relations*, 13(2), 95-121. <https://doi.org/10.1177/001872676001300201>
- Oliveira, F. de, Sato, L., Queiroz, C. C. M., Sakô, D. H., Oliveira, F. M. U. de, Bastos, J. A., Andrada, C. F., & Mortada, S. P. (2018). Pesquisa-intervenção participativa com trabalhadores da Unidade de Manutenção de uma universidade pública: Precarização, memória e resistência. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 43. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012518>
- Oliveira, I. F. de, & Amorim, K. M. de O. (2012). Psicologia e política social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*, 30(70), Article 70. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.6142>

- Prilleltensky, I. (1994). *The Morals and Politics of Psychology: Psychological Discourse and the Status Quo*. SUNY Press.
- Pulido-Martínez, H. C. (2020). "Psicologia Social do Trabalho": uma intervenção para el mundo laboral en América Latina. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(1), 109-114.
- Pulido-Martínez, H. C. P. (2021). "Psicologia Social do Trabalho": uma intervenção sobre o mundo do trabalho na América Latina. *Laboreal*, 17(Nº2).
- Re, A., Marri, G., Briante, G., Oddone, I., Chiatella, M., & Glória, S. (2020). Ambiente de trabalho: A luta dos trabalhadores pela saúde. Re, A., Marri, G., Briante, G., Oddone, I., Chiatella, M., & Glória, S. (2021). Hucitec.
- Rodrigues, A. M. (1978). *Operário, operária*. Símbolo.
- Santana, V. S., & Da Silva, J. M. (2008). Os 20 anos da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde do Brasil: Limites, avanços e desafios. *Saúde Brasil*, 175. https://sss3.fmb.unesp.br/sete/pluginfile.php/20378/mod_page/content/3/Saude-Brasil.pdf
- Santos, S. G. dos. (1979). *Cidadania e justiça: A política social na ordem brasileira*. Campus.
- Sato, L. (1991). *Abordagem psicossocial do trabalho penoso: Estudo de caso de motoristas de ônibus urbano* [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Sato, L. (1998). *Astúcia e ambigüidade: As condições simbólicas para o replanejamento negociado do trabalho no chão de fábrica* [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Sato, L. (2002). Saúde e controle no trabalho: Feições de um antigo problema. In M. G. Jacques & S. Codo (Orgs.), *Saúde Mental & trabalho: Leituras* (p. 31-49). Vozes.
- Sato, L. (2012). *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: EDUSP.
- Sato, L., Coutinho, M. C., & Bernardo, M. H. (2018). *Psicologia social do trabalho*. Editora Vozes Limitada.
- Sato, L., & Oliveira, F. de. (1999). Entrevista: Arakcy Martins Rodrigues. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2, 73-84.
- SBPOT. (2009). *Psicologia organizacional e do trabalho: Não atuamos pela cisão*. Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho. <https://sss.sbpot.org.br/post-manifesto/psicologia-organizacional-e-do-trabalho-nao-atuamos-pela-cisao-2009/>
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. Editora UFRJ; Cortez Editora.
- Seligmann-Silva, E. (2015). Desemprego e Desgaste mental: Desafio às Políticas Públicas e aos Sindicatos. *Revista Ciências do Trabalho*, 0(4), 89-109.
- Spink, P. (2017). Prefácio. In *Psicologia Social do Trabalho* (p. 7-10). Editora Vozes.
- Sood, E. M., & Foster, J. B. (1999). *Em defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo*. Zahar.
- Yamamoto, O. H., & F. Costa, A. L. (Orgs.). (2010). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. UFRN. http://nespsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/Escritos-prof-psicologo-no-Brasil.pdf

Endereço para correspondência:

lenysato@usp.br
flaviauchoa@id.uff.br
juliano.bastos@upe.br